PETROBRAS

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 - Empresa do Sistema Petrobras

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Mensagem do Presidente

O ano de 2021 foi extremamente desafiador para o setor de biodiesel e para a Petrobras Biocombustível. A expectativa para este ano era de aumento do percentual de mistura de biodiesel no diesel de 12% para 13%, em março, de acordo com o cronograma estabelecido pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). No entanto, com as altas sucessivas nos preços do diesel, do óleo de soja e demais matérias primas utilizadas no Brasil para produção de biodiesel, o percentual de mistura de biodiesel foi reduzido nos leilões bimestrais da ANP, finalizando o ano com uma média anual de 10,6%, impactando negativamente a demanda de biodiesel e, consequentemente, o resultado operacional da Companhia em 2021.

O resultado financeiro líquido foi de R$ 44,6 milhões em 2021, sobretudo pela aplicação do caixa da Companhia no Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) e, em menor proporção, pela contabilização de receitas remanescentes do REPETRO 2020, regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens que se destina às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e gás natural (IN RFB nº 1.415, de 2013, art. 1º). Com o encerramento das receitas oriundas de garantias do REPETRO, o resultado financeiro em 2021 foi 67% inferior ao do ano anterior. Fizemos também a provisão de R$ 118 milhões de créditos tributários com baixa perspectiva de recuperação.

Desta forma, com (i) a contração da demanda causada pela redução do percentual de mistura na maioria dos leilões do ano, (ii) o aumento dos custos de produção, principalmente pelo aumento na cotação internacional do óleo de soja e demais matérias primas, impactados também pela apreciação do dólar frente ao real, (iii) o encerramento em 2020 das receitas oriundas de garantias do REPETRO e (iv) a provisão de créditos tributários com baixa perspectiva de recuperação, a Companhia obteve, em 2021, resultado líquido negativo, de R$ 241,8 milhões, e EBITDA negativo, de R$ 260,6 milhões.

Em maio de 2021, os empregados da Companhia iniciaram movimento grevista, com impactos no volume de biodiesel entregue no Leilão 79 (maio/junho) e que motivou a Companhia a decidir não ofertar volumes de biodiesel no Leilão 80 (julho/agosto), pelos riscos envolvidos.

O ano de 2021 foi marcado também pela conclusão da nossa saída de participações societárias, atendendo ao direcionamento estratégico de nosso controlador, a Petrobras. O processo de alienação da participação na BSBios Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil (BsBios), que havia sido iniciado em 2020, finalizou-se no primeiro trimestre de 2021.

Em dezembro de 2021, encerrou-se o modelo de comercialização de biodiesel via leilões públicos. Durante o ano, foram envidados esforços para a preparação da empresa visando sua atuação através do novo modelo de comercialização, com ajustes dos processos e dos sistemas, como também o desenvolvimento de novas competências.

Além disso, destacamos em 2021, (i) um bom desempenho dos controles de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS) no enfrentamento à pandemia mundial causada pelo COVID-19 e a implementação da vertente de saúde mental na empresa, (ii) a venda de R$ 14,1 milhões em créditos de descarbonização (CBIO), na Bolsa Balcão Brasil (B3) e (iii) a implantação de estrutura para início do uso de ferramentas de hedge, de forma a proteger as margens do negócio.

Finalmente, seguiremos em 2022, enfatizando a disseminação da cultura de integridade, governança e de SMS na Companhia, com foco na melhoria do resultado operacional, através do aproveitamento de oportunidades oriundas do novo modelo de comercialização, da melhoria da gestão de aquisição de matérias-primas, do aumento da eficiência operacional e da otimização dos custos fixos.

Rodrigo Hervé Quaranta Cabral
Presidente da Petrobras Biocombustível

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

1. A PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL EM 2021

A Petrobras Biocombustível teve um ano desafiador. As reduções de percentual de mistura de biodiesel no diesel A e a elevação dos preços de todas as matérias primas trouxeram dificuldades para que as usinas se mantivessem competitivas. Com isso, a Companhia teve resultado negativo em 2021, depois de uma sequência de exercícios em que vinha melhorando seus resultados, com a obtenção, em 2020, pela primeira vez, de EBITDA (Lucros antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) positivo.

Medidas de Resiliência foram implementadas durante o ano, e outras medidas serão aplicadas no decorrer de 2022, para tornar a PBio uma empresa sustentável a longo prazo. Além disso, iniciamos, em 2021, as operações de *hedge* para preço do óleo de soja e do dólar.

Adicionalmente, está mantida a estratégia da Petrobras de sair do setor de produção de biodiesel, gerando a necessidade de a Petrobras Biocombustível concentrar esforços na preparação dos ativos para venda, a fim de melhorar os resultados operacionais e reduzir o prejuízo bruto acumulado.

1.1. **Biodiesel**

A Petrobras Biocombustível terminou o ano operando duas de suas unidades de biodiesel – Candeias (BA) e Montes Claros (MG) - que, juntas, entregaram 232,9 mil m³ de biodiesel. A unidade mineira utilizou como matéria-prima, na média do ano, 47% de gorduras e óleos residuais. Já a unidade baiana utilizou 25% de gorduras e óleos residuais, na média do ano.

Os esforços, que vêm sendo feitos para agregar valor aos processos produtivos de biodiesel, têm surtido resultados, levando ao aumento na confiabilidade na segurança da operação. A Usina de Montes Claros está habilitada para ofertar 196 mil m³/ano e produzir, por dia, até 545,45 m³ de biodiesel. A Usina de Candeias está habilitada a entregar anualmente 305 mil m³ e produzir, diariamente, até 845,46 m³ de biodiesel. Juntas, as unidades estão autorizadas a produzir 501 mil m³/ano.

A margem de contribuição da produção de biodiesel foi 131% inferior à obtida em 2020. O mercado do biodiesel, em 2021, foi gravemente impactado por decisões que modificaram um cenário promissor e de expansão do setor, onde a expectativa era de aumento de mistura, de B12 para B13, a partir de março, e de aumento nas margens do negócio, em função do aumento na demanda pelo biodiesel. No entanto, com as altas sucessivas no preço do diesel A, do óleo de soja e demais matérias primas, além da apreciação do dólar, o CNPE decidiu reduzir o percentual de mistura para o 10%, no L79, L80 e L82 e 12%, no L81, com objetivo de reduzir o preço final do diesel B nos postos de combustíveis. Assim, o percentual de mistura médio de biodiesel ao diesel A, em 2021, foi de 10,6% do diesel B. Adicionalmente, foi definido um percentual de mistura de 10% para todo ano 2022.

Os altos preços de venda de biodiesel, ao longo de 2021, ocorreram devido aos custos das matérias-primas, que permaneceram elevados e em ascendência, mesmo com a safra recorde de soja no Brasil, principal matéria-prima utilizada para produção do biodiesel, impactadas também pela apreciação do dólar. Assim, pela primeira vez, o preço da principal matéria-prima, o óleo de soja, ficou acima do preço médio de biodiesel vendido em todos os leilões do ano de 2021, evidenciando o tamanho do desafio enfrentado pelo setor.

Em face desse cenário, a aquisição de matérias-primas competitivas, com a elevação de preços de óleos vegetais e gorduras, foi desafiadora, e, mesmo com o uso das ferramentas de *hedge*, implantadas ao final do primeiro trimestre do ano, não foi possível a proteção adequada da margem de contribuição para o negócio da Petrobras Biocombustível, em 2021.

Vale ressaltar, que, além de todo o desafio ocorrido em 2021 para o setor de biodiesel, uma grande modificação foi definida com a publicação pela ANP da Resolução nº 857/2021, de 28/10/2021, que dispõe sobre as regras do novo modelo de comercialização de biodiesel. Esta resolução substitui o modelo de comercialização vigente, por meio de Leilões bimestrais, para um modelo de comercialização direta, entre produtores de biodiesel e distribuidoras de combustíveis, com data de início a partir de 01/01/2022.

Na regra de comercialização anterior, que consistia na venda de biodiesel por meio de leilões regulados pela Agência de Petróleo (ANP), os produtores de B100 vendiam o produto à Petrobras, a qual revendia posteriormente às distribuidoras de combustíveis. Na operação de venda do biodiesel, dos produtores para a Petrobras havia a incidência do ICMS, enquanto na etapa seguinte, que consistia na venda da Petrobras às distribuidoras, era praticado o diferimento do imposto, ou seja, não havia a incidência.

No novo modelo de comercialização, com a venda direta do produtor de biodiesel para as distribuidoras de combustíveis, não há incidência de ICMS, o que prejudica o escoamento dos créditos tributários do referido imposto decorrentes, principalmente, da aquisição de matérias primas. Buscando solucionar a questão dos possíveis acúmulos de créditos fiscais dos produtores de biodiesel, o Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) editou o Convênio ICMS 206/2021, prevendo regras de ressarcimento. No entanto, se faz necessário que os estados promovam a adesão ao Convênio, bem como, editem regras complementares para operacionalizar o ressarcimento dos créditos fiscais.

A ausência de adesão dos estados, bem como de regulamentação das regras de ressarcimento, poderá impactar no aumento dos preços do biodiesel, caso os produtores considerem, na precificação do produto, os créditos fiscais que não puderem ser efetivamente utilizados.

O custo de obtenção do Selo Biocombustível Social da Companhia se manteve entre os mais competitivos do mercado, sendo 49% inferior à estimativa do valor praticado pela concorrência, em 2021. Tal resultado foi possível devido à busca constante da Companhia em diversificar a aquisição de matérias-primas da agricultura familiar, à otimização da estrutura que coordena a gestão do Selo Combustível Social, e ao histórico de relações comerciais, estabelecidas com cooperativas e clientes e fortalecidas pela experiência acumulada ao longo dos anos.

1.3. Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS)

A Petrobras Biocombustível manteve sua gestão em SMS focada no aprimoramento das medidas de saúde e segurança dos colaboradores e no monitoramento dos requisitos de proteção ao meio ambiente. Atentos à pandemia de Covid-19, que perdurou durante o ano de 2021, permanecemos com o comitê de crise (*Business Support Team – BST*) ativo, e formado por integrantes da Diretoria Executiva e das principais gerências ligadas à gestão de pessoas na empresa. Neste fórum, realizamos monitoramento de casos, difundimos informações sobre a prevenção à doença, incentivamos o engajamento dos colaboradores no Programa Nacional de Imunização, mantemos as medidas sanitárias recomendadas e, ainda, provemos atendimento médico de suporte aos colaboradores, no tocante ao acompanhamento de casos e fornecimento de orientações de saúde.

Implementamos, ao longo de 2021, a vertente de saúde mental, como componente da gestão em SMS, por meio da qual foram disponibilizados serviços voltados à prevenção, à conscientização e ao tratamento das questões ligadas à saúde emocional e mental dos colaboradores. Foram realizadas turmas de capacitação à gestores e profissionais de saúde, rodas terapêuticas entre as diversas gerências e equipes, palestras direcionadas a toda força de trabalho e disponibilizadas consultas de orientação e aconselhamento individual com psicólogos. Foi oferecido ainda acesso a aplicativo de bem-estar e atenção plena, visando contribuir para o aprimoramento do equilíbrio mental e emocional e qualidade de vida dos empregados.

Em Segurança Ocupacional, atuamos revisando padrões operacionais e articulando com as usinas os planos de ação para correção de não conformidades, identificadas nas auditorias internas de SMS. Com relação aos principais indicadores, registramos dois acidentados computáveis para a Taxa de Acidentados Registráveis (TAR), em número absoluto similar ao ano de 2020. Como registramos menor quantitativo de horas homem de exposição ao risco, em relação ao ano anterior, a TAR de 2021 (2,31) foi ligeiramente maior que o registrado em 2020 (2,27).

No tocante à gestão de saúde e ao monitoramento do absenteísmo, registramos alta no indicador Percentual de Tempo Perdido (PTP), de 1,56, registrado em 2020, para 1,90, em 2021, finalizando o ano acima do limite de alerta (1,80). Tal resultado está intimamente relacionado aos registros de afastamentos de casos suspeitos ou confirmados de Covid-19, que, por mais que tenha gerado impacto no PTP, foi uma necessária prática, visando manter o cuidado com a saúde coletiva e o adequado tratamento dos casos de Covid-19.

Não registramos ocorrências computáveis para os indicadores de vazamentos de derivados de petróleo, biodiesel, óleos vegetais ou gorduras (VAZO e VAZB), porém registramos, no final do mês de dezembro, transbordamento de efluente industrial na unidade de Montes Claros, em consequência do intenso período chuvoso ocorrido em todo o Estado de Minas Gerais, sendo tal ocorrência computada para o indicador VAZQ.

Em relação às emissões de gases do efeito estufa, registramos a menor emissão absoluta dos últimos cinco anos em toneladas de CO_2 equivalente, resultado este ligado prioritariamente ao fator de utilização das nossas usinas, que foi o menor da mesma série histórica. Em 2021, a Petrobras Biocombustível emitiu 0,094 t CO_2 equivalente, por metro cúbico de biodiesel produzido. Ainda nesta temática, implementamos grupo de trabalho para avaliação da metodologia de aferição do índice de emissões de gases do efeito estufa (IGEEr) e proposição de ações para manutenção do índice na meta estabelecida e para redução das emissões absolutas.

Elaboramos, pelo segundo ano consecutivo, nosso próprio Relatório de Sustentabilidade, e participamos ativamente do estudo de novos projetos da empresa, incorporando nestes a visão e análises de SMS.

1.4. Corporativo e Recursos Humanos

Em 2021, a Petrobras Biocombustível continuou suas ações de Recursos Humanos para mitigar os efeitos da Pandemia do Coronavírus. Com o arrefecimento das taxas de contágio e o abrandamento das medidas de distanciamento social promovidas pelo poder público, em outubro de 2021, foi liberado o retorno voluntário ao trabalho presencial na sede, apenas um dia por semana, para os empregados que não fizessem parte do grupo de risco, que estivessem com exames ocupacionais atualizados. Cuidou-se ainda para que o efetivo presente jamais ultrapassasse 20% das estações de trabalho disponíveis.

Houve a continuidade do Plano de Sucessão, iniciado em 2020, para que fossem ocupadas posições deixadas em aberto, após retorno de empregados da Controladora, que atuavam na Companhia. Houve também a abertura de diversas seleções internas, para vagas sem função gratificada, nas usinas e na sede.

O Programa de Demissão Voluntária (PDV), aberto em 2020, foi concluído em 2021, conforme planejado, com a saída de 11 empregados ao todo. O programa tinha como objetivo a readequação do efetivo da sede da empresa, com a redução de excedentes de pessoal.

Com o intuito de dar suporte à Petrobras Biocombustível no presente cenário, de troca de controlador e alteração regulatória no setor, a área de Recursos Humanos criou o Plano de Gestão da Mudança e Transformação (PGMT). O Plano tem como pilares: Assistência aos empregados, Continuidade do negócio, Preparação dos empregados e Autonomia. Dentre as ações implantadas destacam-se os programas de desenvolvimento para líderes, os Workshops de Gestão da Mudança e de Planejamento Individual de Carreira e os convênios com universidades e escolas de idiomas.

2. RESULTADO CONSOLIDADO

A Petrobras Biocombustível apresentou, em 2021, lucro bruto negativo de R$ 94,7 milhões e prejuízo operacional de R$ 286,5 milhões. O resultado líquido foi negativo, em R$ 241,8 milhões. O resultado operacional foi prejudicado pelo impacto na demanda do biodiesel, em função das reduções de percentual de mistura de biodiesel, realizadas ao longo do ano, sendo que o setor vinha se preparando para ofertar volumes maiores em função do crescimento anual de 1%, até 2023, do mandato de mistura de biodiesel ao diesel A. Além disso, o aumento dos custos de produção, principalmente das matérias-primas e apreciação do dólar, prejudicaram as margens de contribuição, que ficaram negativas.

A venda de créditos de descarbonização (CBIO), no programa Renovabio, impactou positivamente o resultado em R$ 14,1 milhões, sendo 94% superior em relação a 2020, reforçando o compromisso da Companhia em prover energia sustentável, renovável, com inovação e segurança.

O resultado financeiro líquido do ano foi de R$ 44,6 milhões, com rendimento da aplicação do caixa da Companhia no FIDC, além do registro contábil, em março de 2021, de R$ 11,8 milhões, referentes às receitas retroativas com REPETRO, que se encerrou em 2020.

Por fim, há que se destacar o fato de a Companhia não possuir dívida com instituições financeiras.

3. INFORMAÇÕES CORPORATIVAS

3.1 **Membros da Diretoria Executiva**

Rodrigo Hervé Quaranta Cabral – Presidente
Edmundo José Correia Aires – Diretor de Biodiesel
Alexandre Quintão Fernandes – Diretor Administrativo e Financeiro

3.2 **Membros do Conselho Fiscal: Titulares:**

Solange Arantes Dornela - Presidente
Milton Piraino Junior
Paula Bicudo de Castro Magalhães

Suplentes:

João Eduardo Jost Magalhães
Denis do Prado Netto

4. AGRADECIMENTOS

A Petrobras Biocombustível agradece todos os colaboradores e parceiros pela importante contribuição em mais um ano dedicado ao trabalho competente e à superação de desafios.

BALANÇO PATRIMONIAL
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ativo	Nota	2021	2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		1	12
Contas a receber, líquidas	6	185.525	154.560
Contas a receber - FIDC	6.4	696.468	484.233
Estoques	7	107.119	150.412
Imposto de renda e contribuição social	16.1	53.759	51.028
Impostos e contribuições	16.1	29.856	122.160
Operações com derivativos	24.2	18.400	-
Outros ativos circulantes		1.023	211
		1.092.151	962.616
Ativos classificados como mantidos para venda		-	254.900
		1.092.151	1.217.516
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Impostos e contribuições	16.1	47.849	64.649
Depósitos judiciais	22.2	3.300	2.207
Outros ativos não circulantes		137	-
		51.286	66.856
Investimentos	9	665	-
Imobilizado	10	291.212	308.817
Intangível	11	1.332	1.424
		344.495	377.097
		1.436.646	1.594.613

Passivo	Nota	2021	2020
Circulante			
Arrendamento mercantil	10.1	-	337
Fornecedores	13	196.872	106.768
Impostos e contribuições	16.1	1.408	1.553
Salários, férias, encargos e participações		8.564	25.175
Operações com derivativos	24.2	1.670	-
Outras contas e despesas a pagar		2.955	4.568
		211.469	138.401
Não circulante			
Planos de pensão e saúde	17	12.354	18.526
Provisão para processos judiciais e administrativos	22	1.356	5.030
Outras contas e despesas a pagar		617	1.092
Processos judiciais de desinvestimentos	8.2	8.701	-
		23.028	24.648
Patrimônio líquido	18		
Capital social		3.746.670	3.746.670
Contribuição adicional de capital		(17.760)	(17.760)
Ajustes de avaliação patrimonial		11.426	(981)
Prejuízos acumulados		(2.538.187)	(2.296.365)
		1.202.149	1.431.564
		1.436.646	1.594.613

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 em 01/04/2022 18:34

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2022/04/01/BIOCOMBUSTIVEL1561409001042022.pdf

Hash:1648762442cc48db537c7b40268bcacca9f24b1d9f

PETROBRAS

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 - Empresa do Sistema Petrobras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Nota	2021	2020
Receita de vendas de produtos	19	1.358.500	1.282.900
Custo dos produtos vendidos	20.1	(1.453.217)	(1.219.316)
Lucro (prejuízo) bruto		(94.717)	63.584
Despesas			
Vendas	20.2	(10.413)	(6.756)
Gerais e administrativas	20.3	(45.969)	(54.142)
Tributárias		(6.682)	(10.102)
Provisão para perdas de créditos fiscais	16.1 e 21.1	(117.689)	-
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	21	(10.980)	397
		(191.733)	(70.603)
Prejuízo antes do resultado financeiro, participações e impostos		(286.450)	(7.019)
Resultado financeiro líquido		44.604	134.573
Despesas financeiras	23	(266)	(379)
Receitas financeiras	23	42.528	133.797
Variações monetárias e cambiais, líquidas	23	2.342	1.155
Resultado de participações em investimentos		-	40.750
Lucro (prejuízo) antes dos impostos		(241.846)	168.304
Imposto de Renda e Contribuição Social	16.2	24	(13.766)
Lucro (prejuízo) do exercício		(241.822)	154.538
Lucro (prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações (em R$)		(645,43)	412,47

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Nota	2021	2020
Lucro (prejuízo) do exercício		(241.822)	154.538
Ganhos atuariais - Plano de Pensão e Saúde Reconhecido no patrimônio líquido	18.3	12.407	12.231
Resultado abrangente total		(229.415)	166.769

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Capital social	Contribuição adicional de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2020	3.746.670	(17.760)	(13.212)	(2.450.903)	1.264.795
Lucro do exercicio	-	-	-	154.538	154.538
Outros Resultados Abrangentes					
Planos de Pensão e Saúde	-	-	12.231	-	12.231
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.746.670	(17.760)	(981)	(2.296.365)	1.431.564
Saldos em 01 de janeiro de 2021	3.746.670	(17.760)	(981)	(2.296.365)	1.431.564
Prejuízo do exercício	-	-	-	(241.822)	(241.822)
Outros Resultados Abrangentes					
Planos de Pensão e Saúde	-	-	12.407	-	12.407
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3.746.670	(17.760)	11.426	(2.538.187)	1.202.149

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) do exercício	(241.822)	154.538
Ajustes para:		
Provisão atuarial com plano de pensão e saúde	6.199	4.433
Resultado de recebíveis de ativos financeiros	(30.745)	(23.071)
Resultado de participações em investimentos	-	(40.750)
Depreciação e amortização	25.897	25.363
Provisão (reversão) de perdas de créditos esperados	(2.222)	1.485
Provisão para perdas de créditos fiscais	117.689	-
Provisão de perdas com processos judiciais de desinvestimentos	8.701	-
Valor justo das operações com derivativos	428	-
Resultado com alienações e baixa de ativos	(3.363)	244
Emissões de ativos intangíveis _ CBIOS	(7.881)	(6.786)
Provisão (reversão) para perdas com processos judiciais e administrativos	(3.674)	205
Provisão (reversão) do ajuste dos estoques ao valor realizável líquido	(114)	147
Redução (aumento) de ativos		
Contas a receber	(28.743)	4.107
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	(11.317)	(71.820)
Estoques	43.408	(95.307)
Operações com derivativos	(17.157)	-
Outros ativos circulantes e não circulantes	(2.042)	(47)
Aumento (redução) de passivos		
Fornecedores	90.104	4.837
Salários, férias, encargos e participações	(16.611)	16.785
Impostos, taxas e contribuições a recolher	(145)	(1.270)
Outros passivos	(2.091)	(2.967)
Recursos líquidos utilizados nas atividades operacionais	(75.502)	(29.874)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Resgate em recebíveis de ativos financeiros	525.285	1.266.340
Investimentos em recebíveis de ativos financeiros	(706.775)	(418.940)
Adições em investimentos	(665)	-
Aquisições de ativos imobilizados	(7.868)	(7.040)
Aquisição de certificação _ CBIOS	-	(112)
Recebimento pela venda de ativos intangíveis _ CBIOS	12.437	5.449
Recebimento pela venda de ativos (Desinvestimentos)	253.740	16.120
Juros sobre capital próprios recebidos	-	9.165
Recursos líquidos gerados pelas atividades de investimentos	76.153	870.982
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
(-) Redução de capital	-	(840.000)
(-) Amortização de principal de passivos de arrendamentos	(606)	(1.077)
(-) Amortização dos juros s/ passivos de arrendamentos	(56)	(75)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamento	(662)	(841.152)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes	(11)	(44)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	12	56
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1	12

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

	2021	2020
Receitas		
Vendas de produtos	1.530.308	1.458.218
Descontos e abatimentos	(2.928)	(4.614)
Reversão (perdas) de crédito esperadas	2.222	(1.485)
Receitas relativas à construção de ativos para uso	6.840	6.044
Outras receitas operacionais, líquidas	29.496	30.467
	1.565.938	1.488.630
Insumos adquiridos de terceiros		
Matérias-primas consumidas	(1.278.607)	(1.170.677)
Custo das mercadorias revendidas	(23.875)	(20.338)
Créditos fiscais sobre insumos de terceiros e de outros	(194.411)	(171.887)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(167.947)	(11.292)
Provisão do ajuste dos estoques ao valor realizável líquido	114	(147)
Provisão para perdas de créditos fiscais	(117.689)	-
	(1.782.416)	(1.374.341)
Valor adicionado (consumido) bruto	**(216.477)**	**114.289**
Depreciação e amortização	(25.897)	(25.363)
Valor adicionado (consumido) líquido produzido pela Companhia	**(242.374)**	**88.925**
Valor recebido em transferência		
Resultado de participações em investimentos	-	40.750
Receitas financeiras, variações monetárias e cambiais	44.870	134.952
	44.870	175.702
Valor adicionado (consumido) a distribuir	**(197.504)**	**264.627**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	36.112	54.040
Salários	38.125	45.199
Provisão para remuneração variável	(2.013)	8.841
Benefícios	16.538	22.324
Vantagens (provisão PIDV, auxílios e etc)	697	7.500
Plano de aposentadoria e pensão	4.484	5.153
Plano de Saúde	8.435	6.892
FGTS	2.922	2.779
	52.650	76.364
Tributos		
Federais	(19.142)	23.006
Estaduais	9.068	8.962
Municipais	666	627
	(9.408)	32.595
Instituições financeiras e fornecedores		
Juros, variações cambiais e monetárias	266	379
Despesas de aluguéis	810	751
	1.076	1.130
Acionistas		
Lucro (prejuízo) do exercício	(241.822)	154.538
	(241.822)	154.538
Valor adicionado (consumido) distribuído	**(197.504)**	**264.627**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. A Companhia e suas operações

A Petrobras Biocombustível S.A. ("PBio" ou "Companhia") é uma controlada integral da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, constituída em 16 de junho de 2008, tendo por finalidade a produção, logística, comercialização, pesquisa e desenvolvimento de biocombustíveis, bem como de quaisquer outros produtos, subprodutos e atividades correlatas ou afins, a logística e comercialização de matéria-prima e a geração de energia elétrica associada às suas operações de produção de biocombustíveis.

A Companhia poderá também atuar na produção, logística, comercialização e pesquisa e desenvolvimento de negócios e empreendimentos, cujos processos produtivos e soluções tecnológicas abranjam atividades de baixas emissões de carbono, eficiência energética e tecnologias sustentáveis.

A Companhia mantém transações relevantes com a controladora Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) e segue o Plano de Negócios desta na condução de suas operações. Portanto, estas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto.

1.1. Processo de desinvestimento

Em 03 de julho de 2020, a Petrobras divulgou o início da etapa de oportunidade (teaser), referente à venda da totalidade de ações da PBio.

Em 3 de agosto de 2020, a Petrobras anunciou o início da fase não vinculante da venda da participação na PBio. Em continuidade a essa negociação, em 30 de setembro de 2020, a Petrobras divulgou o início da fase vinculante.

Esta operação está alinhada à otimização de portfólio e à melhora de alocação do capital de sua Controladora, visando a maximização de valor para seus acionistas.

Em novembro de 2021, a Petrobras aprovou o Plano Estratégico 2022-26. Neste novo Plano, continua a estratégia de sair integralmente dos negócios de biodiesel, e pretende agregar valor ao parque de refino com processos mais eficientes e novos produtos de BioRefino, como BioQAV, Diesel Renovável e pesquisa e desenvolvimento em *biobunker*, na direção de um mercado de baixo carbono. Porém, a carteira de desinvestimentos é dinâmica, pois o desenvolvimento das transações depende das condições negociais e de mercado, podendo sofrer alterações em função do ambiente externo e da análise contínua dos negócios da Companhia.

A Petrobras não fixa uma data para que os desinvestimentos de biodiesel se efetivem. No momento, não há decisão quanto à interrupção da produção das Usinas de Biodiesel em Candeias e Montes Claros, existe orçamento aprovado para continuidade das operações para os próximos cinco anos e as unidades continuam na carteira de investimentos da PBio. A administração afirma o entendimento da continuidade operacional da Petrobras Biocombustível S.A..

1.2. Principais impactos nas operações da Companhia

O mercado do biodiesel, em 2021, foi gravemente impactado por decisões que modificaram um cenário promissor e de expansão do setor, onde a expectativa era de aumento de mistura, de B12 para B13, a partir de março, e de aumento nas margens do negócio em função do aumento na demanda pelo biodiesel. No entanto, com as altas sucessivas no preço do diesel fóssil, o governo decidiu reduzir a mistura de biodiesel no diesel nos leilões L79, L80, L81 e L82, com objetivo de reduzir o preço final do diesel nos postos de combustíveis. Assim, a mistura média de biodiesel no diesel fóssil, em 2021, foi de aproximadamente 11%. Adicionalmente, foi definido uma mistura fixa de 10% para todo ano de 2022, além da aprovação do início do novo modelo de comercialização de biodiesel, para janeiro de 2022, saindo de um modelo de leilões, para um modelo de comercialização direta entre produtores e distribuidoras de combustíveis.

O Leilão 81 (entregas de setembro e outubro), com a mistura obrigatória definida em 12%, por meio da Resolução CNPE nº11 de 02/06/2021, resultou na venda de 1,29 milhão de m³ de biodiesel. Com a redução da mistura obrigatória, o montante de biodiesel vendido foi menor em 3%, em relação ao L76, leilão do mesmo período do ano anterior, quando a mistura estava em B11.

O Leilão 82 (entregas novembro e dezembro), com a demanda diminuída pela mistura obrigatória de 10%, por meio da Resolução CNPE nº16 de 06/09/2021, resultou na venda de 1,07 milhão de m³ de biodiesel.

Apesar dos altos preços de venda de biodiesel, ao longo de 2021, os custos de matérias-primas também permaneceram elevados, principalmente, o preço do óleo de soja, principal matéria-prima utilizada para produção do biodiesel, ficando acima do preço médio de biodiesel vendido em todos os leilões do ano de 2021, evidenciando o tamanho do desafio enfrentado pelo setor. Para empresas não verticalizadas na etapa de suprimento de matéria- prima, como a PBio, o desafio foi ainda maior, em termos de aquisição de matérias-primas competitivas.

Em maio de 2021, os empregados da Companhia iniciaram movimento grevista, com impactos no volume de biodiesel entregue no Leilão 79 (maio/junho) e que motivou a Companhia a decidir não ofertar volumes de biodiesel no Leilão 80 (julho/agosto), pelos riscos envolvidos. Em relação ao movimento grevista, ainda está em trâmite o Dissídio Coletivo de Greve, instaurado junto ao TST, em 20/05/2021, por iniciativa da Companhia. O movimento paredista foi suspenso, em 04/06/2021, e encontra-se suspenso até o presente momento, de modo que não se verifica risco para a continuidade normal dos negócios. Encerrada a fase de negociação sem êxito, aguarda-se o julgamento do Dissídio pelo TST.

1.3. Política Nacional de Biocombustíveis – RenovaBio

A Política Nacional de Biocombustíveis - RenovaBio, instituída pela Lei nº 13.576/17, faz parte da política energética nacional e tem como objetivo contribuir com a adequada relação de eficiência energética e de redução de emissões de gases, causadores do efeito estufa, na produção, comercialização e uso de biocombustíveis.

Em 2021, as metas foram definidas por meio do Despacho ANP 351/2021, publicado no Diário Oficial da União, no dia 29/03/2021. As distribuidoras de combustíveis precisaram adquirir 24,86 milhões de créditos de descarbonização (CBios) até 31/12/2021. Essa meta foi cumprida em 98,18%, com a aquisição e aposentadoria de 24,41 milhões de CBios, pelas distribuidoras de combustíveis, até 31/12/2021. Nessa data, ainda estavam disponíveis 5,02 milhões de CBios, em posse das usinas produtoras de biocombustíveis, e 5,11 milhões de CBios, em posse de distribuidoras de combustíveis, que deverão ser utilizados para cumprimento da meta, em 2022.

1.4. Venda de participação societária - BSBios

Desde que a controladora Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) anunciou a saída do segmento de biocombustíveis, a Petrobras Biocombustível vem realizando operações de venda de suas participações.

No primeiro trimestre de 2021, a PBio concretizou a venda da participação de 50%, que detinha na BSBios Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S/A (BSBios). Mais detalhes dessa operação podem ser observados na nota explicativa 8.

1.5. Início das operações de derivativos

Em abril de 2021, a Companhia realizou suas primeiras operações de derivativos, visando diminuir sua exposição ao risco cambial e à variação de cotação de *commodities* agrícolas associadas as suas atividades. Mais detalhes podem ser encontrados na nota explicativa 24.2.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 em 01/04/2022 18:34

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2022/04/01/BIOCOMBUSTIVEL1561409001042022.pdf

Hash:1648762442cc48db537c7b40268bcacca9f24b1d9f

PETROBRAS

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 - Empresa do Sistema Petrobras

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Os pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC estão convergentes às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB — *International Accounting Standards Board*.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. As principais práticas contábeis, aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, estão apresentadas nas respectivas notas explicativas.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos relevantes, que requerem maior nível de julgamento e complexidade, estão divulgados na nota explicativa 4.

A Diretoria Executiva da Companhia, em reunião realizada em 3 de março de 2022, autorizou a emissão destas demonstrações financeiras.

2.1. Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) apresenta informações relativas à riqueza criada pela entidade e à forma como tais riquezas foram distribuídas. Essa demonstração foi preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado -, sendo apresentada como informação adicional.

2.2. Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o Real, que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação.

3. Sumário das principais práticas

As práticas contábeis da Companhia são consistentes com as adotadas e divulgadas no exercício anterior. Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, essas práticas são apresentadas nas respectivas notas explicativas, que tratam dos temas de suas aplicações.

3.1. Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

3.1.1. Ativos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Exceto por contas a receber de clientes, que não contiverem componente de financiamento significativo e ativos financeiros mensurados ao valor justo, no reconhecimento inicial, ativos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação, que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais ativos.

b) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo, por meio de outros resultados abrangentes, ou ao valor justo, por meio do resultado, com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida), cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal, em datas específicas, e cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo, por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida), cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal, em datas específicas, e cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo, quanto sua venda, bem como investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a Companhia elegeu, de forma irrevogável, por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- Valor justo, por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

3.1.2. Passivos Financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Exceto por passivos financeiros mensurados ao valor justo, no reconhecimento inicial, passivos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação, que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais passivos.

b) Classificação e mensuração subsequente

Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Financiamentos são mensurados ao custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos.

Quando passivos financeiros, mensurados a custo amortizado, têm seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado, quando da modificação não substancial dos seus termos, e seu saldo contábil, imediatamente anterior a tal modificação, é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período.

A Companhia não teve modificação substancial, que tenha alterado o fluxo de caixa de seus passivos financeiros mensurados a custo amortizado, portanto, reflete o valor presente dos seus fluxos de caixa.

4. Estimativas e julgamentos relevantes

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações, que se refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem diferir dos valores estimados.

A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas, que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia.

4.1. Premissas para testes de recuperabilidade de ativos - *Impairment*

As projeções, relacionadas às premissas-chave, derivam do plano de negócios e gestão, para os primeiros cinco anos, e são consistentes com o plano estratégico, para os anos subsequentes. Tais projeções são consistentes com evidências de mercado, tais como previsões macroeconômicas independentes, análises da indústria e de especialistas. Testes estatísticos, como *backtesting* e *feedback*, também são efetuados para aprimorar continuamente as técnicas de previsão da Companhia.

O modelo de previsão de preços da Companhia é baseado em uma relação não linear entre as variáveis, que visam representar os fundamentos de oferta e demanda do mercado

Mudanças no ambiente econômico podem gerar alterações de premissas e, consequentemente, o reconhecimento de perdas por desvalorização em certos ativos ou Unidades Geradoras de Caixa (UGCs).

Mudanças no ambiente econômico e político podem também resultar em projeções de risco-país mais altas, ocasionando elevação nas taxas de desconto usadas nos testes de *impairment*.

O valor recuperável de determinados ativos pode não exceder substancialmente seus valores contábeis e, por esta razão, é razoavelmente possível que perdas por desvalorização sejam reconhecidas nestes ativos nos próximos anos, devido à observação de uma realidade distinta em relação às premissas assumidas.

4.2. Definição das unidades geradoras de caixa para testes de recuperabilidade de ativos - *Impairment*

Esta definição envolve julgamentos e avaliação por parte da Administração, com base em seu modelo de negócio e gestão. Alterações nas (UGCs) podem acontecer em função de revisão de fatores de investimentos, estratégicos ou operacionais, que podem resultar em alterações nas interdependências entre ativos e, consequentemente, na agregação ou desagregação de ativos, que faziam parte de determinadas UGCs, podendo resultar em perdas ou reversões adicionais na recuperação de ativos.

Alterações nas Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), identificadas pela Companhia, podem resultar em perdas ou reversões adicionais na recuperação de ativos. Isto pode acontecer uma vez que a revisão, de fatores de investimentos, estratégicos ou operacionais, pode resultar em alterações nas interdependências entre ativos e, consequentemente, na agregação ou desagregação de ativos, que faziam parte de determinadas UGCs.

Em setembro de 2016, o Conselho de Administração da Companhia decidiu pelo encerramento das operações da Usina de Quixadá-CE, que deixou de fazer parte da UGC das Usinas de Biodiesel e passou a ser testada isoladamente.

4.3. Benefícios de pensão e outros benefícios pós-emprego

Os compromissos atuariais e os custos com os planos de benefícios definidos, de pensão e aposentadoria e os de assistência médica, dependem de uma série de premissas econômicas e demográficas, dentre as principais utilizadas estão:

(i) Taxa de desconto - compreende a curva de inflação projetada, com base no mercado, mais juros reais, apurados por meio de uma taxa equivalente, que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro;

(ii) Taxa de variação de custos médicos e hospitalares - premissa representada pela projeção de taxa de crescimento dos custos médicos e hospitalares, baseada no histórico de desembolsos para cada indivíduo (*per capta*) da Companhia, nos últimos cinco anos, que se iguala à taxa da inflação geral da economia, no prazo de 30 anos.

Essas e outras estimativas são revisadas, anualmente, e podem divergir dos resultados reais, devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento das premissas atuariais.

A análise de sensibilidade das taxas de desconto e de variação de custos médicos e hospitalares, assim como informações adicionais das premissas, estão divulgadas na nota explicativa 17.

4.4. Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de arbitragem e administrativos, envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais, decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas, para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos, são realizadas pela Companhia, com base em pareceres de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração.

Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na nota explicativa 22.

4.5. Perdas de crédito esperado

A provisão de perdas de crédito (PCE), esperadas para ativos financeiros, se baseia em premissas de risco de *default*, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, entre outras. Para tal, a Companhia utiliza julgamentos nessas premissas, além de informações sobre atrasos nos pagamentos e avaliações do instrumento financeiro com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

5. Novas normas e interpretações

5.1. Comitê de Pronunciamento Contábeis - CPC

A Companhia é regida pelos regramentos publicados pelo CPC, que emite pronunciamentos e interpretações análogos às IFRS - *International Financial Reporting Standards* -, tal como emitidas pelo IASB. A seguir são apresentados os normativos contábeis, ainda em análise pelo CPC, que não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2021.

Norma	Descrição	Data de vigência
Annual Improvements to IFRS® Standards 2018–2020.	As emendas alteram requerimentos relacionados à: controlada como adotante inicial dos IFRS (IFRS 1-*First-time Adoption of International Financial Reporting Standards*); taxas a serem consideradas para avaliar o desreconhecimento de um passivo financeiro (IFRS 9- *Financial Instruments*); e fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo (IAS 41- *Agriculture*). Adicionalmente, as emendas alteram determinado exemplo ilustrativo contidono IFRS 16-Leases.	1º de janeiro de 2022
Reference to the Conceptual Framework - Amendments to IFRS 3	As emendas atualizam determinada referência no IFRS 3 à estrutura conceitual mais recente,bem como inclui requerimentos adicionais relativos a obrigações no escopo dos pronunciamentos IAS 37 - *Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets* e IFRIC 21-*Levies*. Adicionalmente, as emendas orientam que o comprador não deve reconhecer ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios.	1º de janeiro de 2022
Onerous Contracts—Cost of Fulfilling a Contract - Amendments to IAS 37	Estabelece alterações no IAS 37-*Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets* paraesclarecer o que compreende os custos de cumprimento de um contrato para avaliar se um contrato é oneroso.	1º de janeiro de 2022
Property, Plant and Equipment: Proceeds before Intended Use - Amendments to IAS 16	As alterações no IAS 16-*Property, Plant and Equipment* proíbem deduzir do custo do imobilizado valores recebidos pela venda de itens produzidos antes da colocação do ativo no local e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração.	1º de janeiro de 2022
Classification of Liabilities as Current or Non-current - Amendments to IAS 1	As emendas no IAS 1-*Presentation of Financial* estabelecem requerimentos para classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	1º de janeiro de 2023
IFRS 17 – Insurance Contracts and Amendments to IFRS 17 Insurance Contracts	O IFRS 17 substitui o IFRS 4-*Insurance Contracts* e estabelece, entre outras coisas, os requisitos que devem ser aplicados no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação relacionados aos contratos de seguro e de resseguro.	1º de janeiro de 2023
Disclosure of Accounting Policies – Amendments to IAS 1 and Practice Statement 2	Em substituição ao requerimento de divulgação de políticas contábeis significativas, as emendas ao IAS 1 *Presentation of Financial Statements* estabelecem que políticas contábeis devem ser divulgadas quando forem materiais. Entre outras coisas, a emenda provê orientações para determinar tal materialidade.	1º de janeiro de 2023
Definition of Accounting Estimates – Amendments to IAS 8	De acordo com as emendas ao IAS 8, a definição de "mudança na estimativa contábil" deixa de existir. Em substituição, foi estabelecida definição para o termo "estimativas contábeis": valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração.	1º de janeiro de 2023
Deferred Tax related to Assets and Liabilities arising from a Single Transaction– Amendments to IAS 12	As alterações reduziram o escopo da isenção de reconhecimento de ativos fiscais diferidos e passivos fiscais diferidos contidas nos parágrafos 15 e 24 do IAS 12 *Income Taxes* de modo que não se aplique mais a transações que, entre outras coisas, no reconhecimento inicial, dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.	1º de janeiro de 2023

Quanto às emendas e ao normativo listados acima, a Companhia não estima impactos da aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

6. Contas a receber

6.1. Contas a receber, líquidas

	2021	2020
Terceiros	7.084	6.592
Partes relacionadas (nota explicativa 14)	180.467	152.393
Outras	1.425	1.248
	188.976	160.233
(-) Perdas de crédito esperadas – PCE	(3.451)	(5.673)
Total	185.525	154.560

6.2. Movimentação das perdas de crédito esperadas – PCE

	2021	2020
Saldo inicial	5.673	4.188
Adições	-	1.485
Reversões	(235)	-
Baixas	(1.987)	-
Total	3.451	5.673

6.3. Aging do Contas a receber vencidos – Terceiros

	2021	2020
Até 3 meses	(48)	(1.418)
De 3 a 6 meses	(5)	(30)
De 6 a 12 meses	(249)	(2)
Acima de 12 meses	(3.150)	(4.223)
Total	(3.451)	(5.673)

6.4. Contas a receber – FIDC

Em 31 de dezembro de 2021, o montante de R$ 696.468 (R$ 484.233 em 31 de dezembro de 2020) representa os recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC- NP). O FIDC-NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por subsidiárias e controladas, exclusivo do Sistema Petrobras.

A aplicação desses recursos no FIDC-NP é tratada como "recebíveis", considerando que o lastro desse fundo é, principalmente, em direitos creditórios adquiridos, e são classificados na categoria de valor justo, por meio do resultado.

A Companhia possui um limite de R$ 50.000 para antecipação de recebíveis, junto ao Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC).

O processo de antecipação de recebíveis é gerido pelo Caixa Nacional da Controladora, com um custo de 100% do CDI por operação.

Em 31 de dezembro 2021, a Companhia não possui créditos tomados junto ao FIDC.

Prática contábil

São contabilizados, inicialmente, pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, com exceção dos recebíveis do FIDC.

A Companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo, por meio da utilização de matriz de provisões, baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras, desde que tais dados estejam disponíveis, sem custo ou esforços excessivos.

Em geral, para os demais recebíveis, a Companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente, desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada (vida toda).

Ao avaliar o aumento significativo do risco de crédito, a Companhia compara o risco de inadimplência (*default*), que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço, com o risco de inadimplência (*default*), que ocorre no instrumento financeiro, na data de seu reconhecimento inicial.

Independentemente da avaliação do aumento significativo no risco de crédito, a Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente, desde o seu reconhecimento inicial, quando os pagamentos contratuais estiverem vencidos há mais de 30 dias, exceto quando informações razoáveis e sustentáveis disponíveis demonstrarem o contrário.

A Companhia assume que o risco de crédito de contas a receber não aumentou significativamente, desde o seu reconhecimento inicial, quando o mesmo possui baixo risco de crédito na data do balanço. Baixo risco de crédito é determinado com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

A Companhia considera inadimplência quando a contraparte não cumpre com a obrigação legal de pagamento de seus débitos quando devidos ou, a depender do instrumento, quando ocorre atraso de recebimento devido contratualmente em prazo igual ou superior a 90 (noventa) dias.

Perda de crédito esperada é a média ponderada de perdas de crédito, com os respectivos riscos de inadimplência que possam ocorrer, conforme as ponderações. A perda de crédito, sobre um ativo financeiro, é mensurada pela diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à Companhia e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados à taxa efetiva original.

7. Estoques

	2021	2020
Matéria-prima (i)	985	416
Produtos intermediários (ii)	60.080	105.786
Produtos acabados (iii)	37.409	36.682
Materiais	8.735	7.732
(-) Ajuste dos estoques ao valor realizável líquido	(90)	(204)
Total	107.119	150.412

(i) Metanol;
(ii) Óleos e gorduras vegetais e de animais; e
(iii) Biodiesel, glicerina, borra de refino e ácido graxo.

A redução dos saldos dos estoques, entre os períodos comparados, se deu, em grande parte, na linha de produtos intermediários, em função do consumo de óleo de soja degomado, matéria-prima para produção de biodiesel, tendo em vista o maior volume estocado no 4º trimestre de 2020. Além do menor volume de compras de matérias-primas no 3º trimestre de 2021, pela não participação da Companhia no Leilão 80.

Prática contábil

Os estoques são mensurados pelo seu custo médio ponderado de aquisição ou de produção, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de realização líquido.

Os biocombustíveis compreendem, principalmente, os saldos de estoques de biodiesel.

Os materiais e suprimentos para manutenção e outros representam, principalmente, insumos de produção e materiais de operação e consumo, que serão utilizados nas atividades da Companhia, exceto matérias-primas, e estão demonstrados ao custo médio de compra, que não excede ao de reposição.

O valor de realização líquido compreende o preço de venda, estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e aqueles necessários para a realização da venda.

8. Venda de ativos

As operações de venda de participações societárias da Companhia, que impactaram o período reportado, estão apresentadas a seguir:

8.1. Venda da BSBios Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S.A. ("BSBios")

Em 09 de fevereiro de 2021, após o cumprimento de todas as condições precedentes, a operação de venda da totalidade das ações da BSBios foi concluída, com o pagamento de R$ 253.740 para a PBio, já com os ajustes previstos no contrato. Além desse valor, R$ 68.024 (valor corrigido até 31/12/2021) permanece em conta vinculada (*escrow*) e R$ 1.843 foram recebidos antecipadamente, na forma de juros sobre capital próprio, em dezembro de 2020.

Os recursos, depositados em conta vinculada (*escrow*), estão em poder da compradora para cobrir indenizações eventuais de contingências estabelecidas em contrato de compra e venda, e serão liberados para PBio, conforme prazo e condições estabelecidas nesse contrato. Dado, portanto, o grau de incerteza de recebimento do valor remanescente, a Companhia não registra tais recursos em seu ativo.

8.2. Processos judiciais oriundos de vendas de participações acionárias – Belém Bioenergia Brasil S.A. ("BBB")

Consoante relatório de processos consolidados pela BBB, em 31 de dezembro de 2021, e o previsto no respectivo contrato de compra e venda de ações, a PBio é responsável pela indenização das perdas sofridas pelas desinvestidas, por determinados processos judiciais classificados como perda provável, no montante de R$ 8.701 e perda possível no montante de R$ 13.607, oriundos da venda de 50% da participação na BBB.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 em 01/04/2022 18:34

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2022/04/01/BIOCOMBUSTIVEL1561409001042022.pdf

Hash:1648762442cc48db537c7b40268bcacca9f24b1d9f

PETROBRAS

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 - Empresa do Sistema Petrobras

9. Investimento

9.1. Mutação dos Investimentos

	% de Participação	2020	Aporte de capital	2021
Associação Petrobras de Saúde (APS)	0,13%	-	665	665
Total		-	665	665

Constituição da Associação Petrobras de Saúde ("APS") e tratamento contábil dos aportes

A APS tem natureza de associação civil, tendo por objetivo a realização de atividades sociais ou assistências, neste caso, a assistência à saúde, sem fins lucrativos.

Mediante convênios celebrados entre as patrocinadoras a APS, vêm sendo realizado transferência de recursos financeiros para formação do capital regulatório da ANS, com o objetivo de garantir a cobertura aos seus beneficiários.

10. Imobilizado

O ativo imobilizado, até 31 de dezembro de 2021, estava representado da seguinte forma:

	Terrenos, edificações e benfeitorias	Equipamentos, benfeitorias e outros bens	Direitos de uso	Ativos em construção	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2020	99.748	223.222	1.376	3.008	327.354
Adições	-	996	-	6.044	7.040
Baixas	-	(244)	-	-	(244)
Transferências	329	1.185	-	(1.514)	-
Depreciação	(6.098)	(18.206)	(1.029)	-	(25.333)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	93.979	206.953	347	7.538	308.817
Custo	149.668	503.670	2.387	7.538	663.263
Depreciação acumulada	(55.689)	(296.717)	(2.040)	-	(354.446)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	93.979	206.953	347	7.538	308.817
Adições	-	1.028	-	6.840	7.868
Transferências/reclassificações (i)	(83.860)	86.435	365	(2.566)	374
Depreciação	(4.101)	(21.034)	(712)	-	(25.847)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	6.018	273.382	-	11.812	291.212
Custo	65.808	591.133	2.752	11.812	671.505
Depreciação acumulada	(59.790)	(317.751)	(2.752)	-	(380.293)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	6.018	273.382	-	11.812	291.212
Tempo de vida útil médio ponderado em anos	24 (16 a 25) (exceto terrenos)	22 (5 a 50)			

(i) No 3º trimestre de 2021, para melhor evidenciação das classes de grupo dos ativos, a Companhia reclassificou os saldos de benfeitorias, anteriormente classificados na coluna de Terrenos, edificações e benfeitorias, para a coluna de Equipamentos, benfeitorias e outros bens. O montante líquido dessa reclassificação representou R$ 85.402.

10.1. Direito de uso – Locação da sala (arrendamento mercantil)

Os ativos de direito de uso estão apresentados no Imobilizado, representando arrendamento de edificações (locação de sala). Os passivos de arrendamento estão sendo apresentados, em linha própria, nas demonstrações financeiras da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo, referente a esse direito de uso, encontra-se totalmente amortizado.

Prática contábil

Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, bem como, quando aplicável, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos - *impairment*.

Os gastos com grandes manutenções planejadas, efetuadas para restaurar ou manter os padrões originais de desempenho das unidades industriais, são reconhecidos no ativo imobilizado, quando o prazo de campanha for superior a doze meses e houver previsibilidade das campanhas. Esses gastos são depreciados, pelo período previsto, até a próxima grande manutenção. Os gastos com as manutenções, que não atendem a esses requisitos, são reconhecidos como despesas no resultado do exercício.

As peças de reposição e sobressalentes, com vida útil superior a um ano e que só podem ser utilizadas em conexão com itens do ativo imobilizado, são reconhecidas e depreciadas junto com o bem principal.

Os ganhos e as perdas de alienação são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

Os ativos são depreciados pelo método linear, com base nas vidas úteis estimadas e revisadas anualmente. Os terrenos não são depreciados.

Os ativos de direito de uso são apresentados como ativo imobilizado e, de acordo com as vidas úteis de seus respectivos ativos subjacentes e as características dos contratos de arrendamento (prazo, transferência do ativo ou exercício de opção de compra), são depreciados pelo método linear, com base nos prazos contratuais.

11. Intangível

O ingresso da PBio no mercado de créditos de descarbonização teve, como marco inicial, a certificação da produção de biocombustíveis de suas Usinas de Biodiesel em Candeias (BA) e Montes Claros (MG).

Os créditos de descarbonização não possuem vida útil definida, nem são amortizados, mas devem ser testados quanto ao seu valor recuperável anualmente ou sempre que existir indícios de desvalorização.

Em 31 de dezembro de 2021, o ativo intangível está apresentado, conforme tabela a seguir:

	CBIOS (*)	Softwares	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2020	-	8	8
Adições	6.888	8	6.896
Baixas	(5.449)	-	(5.449)
Amortização	(20)	(10)	(30)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.419	6	1.425
Custo	1.439	760	2.198
Amortização acumulada	(20)	(754)	(774)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.419	6	1.424
Adições	7.881	-	7.881
Baixas	(7.930)	-	(7.930)
Transferências	-	5	5
Amortização	(41)	(9)	(50)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.329	3	1.332
Custo	1.390	765	2.155
Amortização acumulada	(62)	(762)	(824)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.329	3	1.332

(*) Informações sobre a natureza desse intangível podem ser observadas na nota explicativa 1.3.

Prática contábil

Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos - *impairment* - e são compostos por direitos e concessões, que incluem, principalmente, gastos com emissão de certificação da produção de biocombustíveis e emissão dos créditos de descarbonização (CBIOS).

Ativos intangíveis, com vida útil indefinida, não são amortizados, mas são testados anualmente em relação às perdas por redução ao valor recuperável - *impairment*. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente.

12. Redução ao valor recuperável dos ativos - *Impairment*

12.1. Imobilizado

Na avaliação de recuperabilidade de seus ativos imobilizados, com indício de desvalorização, a Companhia priorizou o emprego do valor em uso dos ativos (agrupados em unidades geradoras de caixa -UGC) a partir de projeções que consideram:

- vida útil baseada na expectativa de utilização dos ativos ou conjunto de ativos que compõem a UGC, considerando a política de manutenção da Companhia;
- premissas e orçamentos aprovados pela Administração para o período, correspondente ao ciclo de vida esperado, em razão das características dos negócios; e
- taxa de desconto pré-imposto, que deriva da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (*weighted average cost of capital* - WACC) pós-imposto, ajustada por um prêmio de risco específico, nos casos de projetos postergados por extenso período ou risco específico do país, nos casos de ativos no exterior.

As principais estimativas, utilizadas nas projeções de fluxo de caixa para determinar o valor em uso das UGC's, foram:

i) taxa de desconto de 7,9%, para 2021 (8,2% - 2020); ii) aplicação da nova curva de câmbio aos preços em dólar, projetados para o óleo de soja e a curva de preços de biodiesel, projetada em reais; iii) aplicação de novos *spreads,* em relação ao óleo de soja Paranaguá e em relação ao biodiesel, média Brasil, devido as novas condições de mercado.

UGC da área de Biocombustível: i) UGC Biodiesel: conjunto de ativos que compõem as usinas próprias de biodiesel. A definição da UGC, com avaliação conjunta das usinas, reflete o processo de planejamento e realização da produção, considerando as condições do mercado nacional e a capacidade de fornecimentos de cada usina, assim como os resultados alcançados nos leilões e a oferta de matéria-prima.

A Companhia realizou os testes de recuperabilidade, não havendo perdas a serem registradas.

Prática contábil

A Companhia avalia os ativos imobilizado e intangível, quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Essa avaliação é efetuada para o ativo individual ou ao menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são, em grande parte, independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos (UGC). A nota explicativa 4.2 apresenta informações detalhadas sobre as UGCs da Companhia.

Os ativos vinculados à produção de biodiesel e aqueles que têm vida útil indefinida, como os créditos de descarbonização - CBIOS, têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor, ou quando há indicação de que o valor contábil possa não ser recuperável.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil do ativo ou UGC é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor em uso de um ativo e seu valor justo líquido de despesa de venda. Considerando-se as sinergias das Usinas de Biodiesel e a expectativa de utilização dos ativos até o final da vida útil, usualmente, o valor recuperável utilizado na realização do teste de recuperabilidade é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado.

O valor em uso é estimado, com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros decorrentes do uso contínuo dos respectivos ativos. Os fluxos de caixa são ajustados pelos riscos específicos e utilizam taxas de desconto pré-imposto, que derivam do custo médio ponderado de capital (WACC) pós-imposto. As principais premissas dos fluxos de caixa são: taxas de câmbio e preços baseados no último Plano de Negócios e Gestão e Plano Estratégico divulgado.

13. Fornecedores

	2021	2020
Terceiros no país (i)	190.470	87.922
Partes relacionadas (nota explicativa 14)	6.402	18.846
Total	196.872	106.768

(i) Principais fornecedores: Fazendão Indústria e Comércio, Indústrias Dureino, Bioóleo e Cargill Agrícola.

A variação entre os períodos decorre, principalmente, pelo aumento do preço das matérias-primas, conforme mencionado em nota explicativa 1.2, complementada pela maior compra, em dezembro de 2021.

14. Partes relacionadas

A Companhia segue a política com partes relacionadas do sistema Petrobras, que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões, envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses, respeitem a legislação e as partes envolvidas nas negociações.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos eram compostos como seguem:

	2021	2020
Ativo:		
Circulante		
Contas a receber, líquidas		
FIDC (Nota explicativa 6.4)	696.468	484.233
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras (i)	180.466	152.264
Outras	1	129
Total	876.935	636.626
Passivo		
Circulante:		
Fornecedores (ii)		
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	1.781	14.742
Outros	4.621	4.104
Total	6.402	18.846

Resultado	2021	2020
Receita Líquida de vendas		
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras (iii)	839.742	1.274.372
Despesas compartilhadas		
Petróleo Brasileiro S.A. Petrobras (iv)	(8.074)	21.989
Resultado financeiro, líquido		
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras (v)	42.482	133.651
	874.150	1.430.012

(i) Os créditos, junto ao acionista controlador, Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), são provenientes das vendas de biodiesel negociadas em leilões da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP);

(ii) O saldo a pagar refere-se, principalmente, às obrigações a pagar relativos à funcionários cedidos e compartilhamento de custos de despesas junto à Petrobras;

(iii) Os valores referem-se, principalmente, à venda do volume total de biodiesel para a Petrobras;

(iv) Os valores referem-se, principalmente, aos gastos com profissionais cedidos, gastos com compartilhamento de custos e despesas; e

(v) Os valores referem-se, principalmente, às receitas oriundas das operações de fiança (com término do contrato em dezembro de 2020) e receitas com aplicação financeira no FIDC.

14.1. Garantias

A Companhia firmou, a partir de dezembro de 2013, com sua controladora Petrobras, contrato de prestação de fiança, assumindo a responsabilidade como principal pagadora dos tributos federais suspensos (IN SRF nº 1.361/2013 e 1.415/2013), relativos aos equipamentos admitidos no País, na condição de Admissão Temporária sob o Regime Aduaneiro Especial de Exportação e Importação de Bens Destinados às Atividades de Pesquisa e de Lavra das Jazidas de Petróleo e de Gás Natural.

O término das garantias ocorreu em função da entrada da MP 795, em janeiro de 2018, que estabeleceu regime especial de importação de bens que se destinem às atividades do setor, não sendo mais necessária a concessão de fiança da PBio para os bens importados pela sua controladora Petrobras.

A partir de 2021, não há previsão de garantias a serem concedidas pela Companhia, tendo em vista o término do contrato em dezembro de 2020. Porém, no primeiro trimestre de 2021, foi auferida a receita de R$ 11.704, referente à valores residuais desta operação, conforme nota explicativa 23.

15. Remuneração da administração da Companhia

O plano de cargos e salários e de benefícios e vantagens da Companhia e a legislação específica estabelecem os critérios para todas as remunerações atribuídas pela Companhia a seus empregados e dirigentes.

As remunerações de empregados, incluindo os ocupantes de funções gerenciais, além dos dirigentes, relativas aos meses de dezembro de 2021 e 2020, foram as seguintes:

Expresso em reais

Remuneração do empregado	Dez/2021	Dez/2020
Menor remuneração	5.853,21	6.485,54
Remuneração media	19.267,08	19.541,65
Maior remuneração	43.666,41	74.593,48

As remunerações totais dos membros da diretoria executiva têm por base as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), do Ministério da Economia, e pelo Ministério de Minas e Energia, e são apresentados a seguir:

	2021 Diretoria Executiva	2020 Diretoria Executiva
Salários e benefícios	3.615	3.675
Encargos sociais	913	814
Número de membros	3	3
Número de membros remunerados	3	3

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a remuneração atribuída à diretoria executiva totalizava o valor de R$ 4.528 (em 31 de dezembro de 2020 – R$ 4.489).

16. Tributos

16.1. Tributos correntes

Imposto de renda e contribuição social	Ativo Circulante 2021	Ativo Circulante 2020
Imposto de renda	42.598	39.700
Contribuição social	11.161	11.328
	53.759	**51.028**

Demais impostos e contribuições	Ativo Circulante 2021	Ativo Circulante 2020	Ativo não Circulante 2021	Ativo não Circulante 2020	Passivo Circulante 2021	Passivo Circulante 2020
Imposto de renda retido na fonte	-	-	-	-	1.281	1.276
ICMS (i)	3.097	24.787	-	442	-	-
PIS e COFINS (i)	24.269	88.148	47.849	62.842	-	-
IPI	1.643	8.395	-	1.365	-	-
Outros	847	830	-	-	127	277
	29.856	**122.160**	**47.849**	**64.649**	**1.408**	**1.553**

(i) A projeção de fluxo de caixa da Companhia, para os períodos de 2022-2031, foi consideravelmente impactada, por:

ICMS:

- Novo modelo de comercialização do B-100 – prevê o fim dos leilões públicos a partir de 01.01.22, que permitirá às distribuidoras realizar aquisições diretamente das usinas, com isso os insumos continuarão com incidência do imposto, enquanto as saídas do B-100 terão seu ICMS diferidos ou suspensos, impactando significativamente a Usina de Montes Claros, pela não adesão ao Convênio 206/2021, pelo Estado de Minas Gerais, que concede tratamento tributário diferenciado para operação de comercialização do B-100. O Estado da Bahia aderiu a esse Convênio.

PIS e COFINS:

- O acúmulo de crédito de PIS/COFINS decorre, essencialmente, da elevação nos preços dos insumos (mix de gorduras) utilizados no processo produtivo, combinado com a diferença entre as bases de cálculo dos insumos e do faturamento do B-100. No caso dos insumos, a base de cálculo é o preço de aquisição, enquanto, para o B-100, o valor do PIS/COFINS é fixo, incidindo sobre o volume independente do preço de venda. Ou seja, os créditos apurados tendem a superar os débitos gerados pelo volume de venda do B-100, ao longo do período projetado.

Os fatores acima mencionados, tanto para os créditos de ICMS, como também de PIS e COFINS, levaram a Companhia a reconhecer, em 31 de dezembro de 2021, uma provisão para perda na realização desses impostos de R$ 117.689 (ICMS R$ 24.852, PIS e COFINS R$ 92.837).

A Companhia continuará monitorando o mercado, ao longo de 2022, e, caso haja mudança nos cenários mencionados acima, novas projeções poderão ser realizadas, com consequente revisão na provisão para perda de impostos.

1.2. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados, conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos registrados, estão apresentados a seguir:

	2021	2020
(Prejuízo) / lucro antes dos impostos	(241.846)	168.304
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	82.228	(57.223)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Incentivos fiscais	3.098	2.598
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	(85.118)	(10.559)
Exclusões/(Adições) permanentes, líquidas (*)	1.359	54.824
Outros	(1.543)	(3.406)
Imposto de renda e contribuição social	24	(13.766)
Imposto de renda e contribuição social correntes	24	(13.766)
Imposto de renda e contribuição social	24	(13.766)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	0,0%	8,2%

(*) Inclui equivalência patrimonial em 2020.

Em 31 de dezembro de 2021, os prejuízos fiscais do imposto de renda e da base negativa da contribuição social, acrescidos das diferenças temporárias, totalizavam respectivamente, R$ 2.457.649 e R$ 2.459.644 (2020 - R$ 2.309.237 e R$ 2.310.142, respectivamente).

A Companhia não reconheceu ativo fiscal diferido, para compensação futura do prejuízo fiscal, por não existirem evidências de que haverá disponibilidades de lucro tributável suficiente para utilização desse benefício.

Prática contábil

As despesas de imposto de renda e de contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos, e são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no lucro tributável apurado, conforme legislação pertinente e alíquotas vigentes no final do período, que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, quando existe direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

17. Benefícios concedidos a empregados

17.1. Plano Petros 2 – Fundação Petrobras de Seguridade Social

A gestão do plano de previdência complementar é responsabilidade da Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros), que foi constituída pela Petrobras como uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 em 01/04/2022 18:34

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2022/04/01/BIOCOMBUSTIVEL1561409001042022.pdf

Hash:1648762442cc48db537c7b40268bcacca9f24b1d9f

Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 - Empresa do Sistema Petrobras

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

O Plano foi implementado pela PBio, em março de 2012, na modalidade de contribuição variável, sem assunção do serviço passado.

O plano de contribuição definida possui uma parcela de benefício definido, que refere-se à cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia, sendo que os compromissos atuariais relacionados estão registrados, de acordo com o método da unidade de crédito projetada. A parcela do plano, com característica de contribuição definida, destina-se à formação de reserva para aposentadoria programada, cujas contribuições são reconhecidas no resultado, de acordo com o pagamento. Em 31 de dezembro de 2021, a contribuição da Companhia, para parcela de contribuição definida, totalizou R$ 2.779 (em 31 de dezembro de 2020 - R$ 2.877).

A parcela da contribuição, com característica de benefício definido está suspensa, entre 1º de julho de 2012 a 30 de junho de 2022, conforme decisão do Conselho Deliberativo da Fundação Petros, que se baseou na recomendação da Consultoria Atuarial da Fundação. Dessa forma, toda contribuição será destinada para a conta individual do participante.

A contribuição, esperada da Companhia, para o ano de 2022, é de R$ 3.686, referente à parcela de contribuição definida. Os custos previstos, com atualização da provisão atuarial, são R$ 756, sendo apropriados, mensalmente a parcela de 1/12 avos, no resultado.

A duração média do passivo atuarial do plano, em 31 de dezembro de 2021, é de 14,69 anos (22,07 anos, em 31 de dezembro de 2020).

17.2. Plano de Saúde – Assistência Multidisciplinar de Saúde ("AMS")

A Petrobras Biocombustível mantém um plano de assistência médica (AMS) pós-emprego para todos os seus empregados, desde 1º de setembro de 2012.

O plano é administrado pela Petrobras e sua gestão é baseada em princípios de autossustentabilidade do benefício, e conta com programas preventivos e de atenção à saúde. O principal risco, atrelado a benefícios de saúde, é o relativo ao ritmo de crescimento dos custos médicos, que decorre tanto da implantação de novas tecnologias e inclusão de novas coberturas, quanto de um maior consumo de saúde.

Os empregados contribuem com uma parcela mensal pré-definida, para cobertura de grande risco, e com uma parcela dos gastos incorridos, referentes às demais coberturas, ambas estabelecidas conforme tabelas de participação, baseadas em determinados parâmetros, incluindo níveis salariais e etários, além do benefício farmácia, que prevê condições especiais na aquisição de certos medicamentos, através de reembolso ou *delivery,* com coparticipação dos beneficiários.

O plano de assistência médica não está coberto por ativos garantidores.

A duração média do passivo atuarial do plano, em 31 de dezembro de 2021, é de 37,86 anos (37,35 anos, em 31 de dezembro de 2020).

Os benefícios são pagos pela Companhia, com base nos custos incorridos pelos participantes. A participação financeira da Companhia e dos beneficiários nas despesas está prevista em Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), conforme segue:

- Até 2020, esse benefício era coberto 70% pela Empresa e 30% pelos participantes;
- A partir de janeiro de 2021, esse benefício passou a ser coberto 60% pela companhia e 40% pelos participantes.

Muito embora a Companhia e as entidades sindicais tenham estabelecido, no acordo coletivo 2020-2022, que a participação, a partir de janeiro de 2022, seria na proporção de 50% entre a Companhia e os participantes, em 02 de setembro de 2021, houve a suspensão da Resolução da CGPAR nº 23, pelo poder legislativo, permanecendo a relação 60% x 40%.

Dessa forma, a revisão intermediária, no 3º trimestre de 2021, resultou numa redução do passivo de R$ 290, em contrapartida de: (i) 1.512, no resultado pelo custo do serviço passado, decorrente da alteração do benefício; e (ii) 1.802 de ganho em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, pela revisão das premissas atuariais, principalmente pelo aumento da taxa real de desconto aplicada sobre os passivos dos planos de 4,81% e 3,76% (de 31 de agosto de 2021 e 31 de dezembro de 2020, respectivamente) e pela redução da variação dos custos médicos hospitalares (VCMH), de 4,66% e 6,17% (de 31 de agosto de 2021 e 31 de dezembro de 2020, respectivamente).

Em 31 de dezembro de 2021, o passivo foi remensurado, com as premissas atuariais vigentes, cujo resultado está demonstrado nas tabelas do item 17.3 – Valores – nas demonstrações financeiras relacionadas a planos de benefícios definidos.

Novo modelo de gestão do plano de saúde

Em 11 de dezembro de 2020, em Assembleia Geral Extraordinária foi aprovada a participação da PBio no novo modelo de gestão para a Assistência Multidisciplinar de Saúde. A partir de 1º de abril de 2021, a gestão do plano de saúde passou a ser realizada por uma associação civil, sem fins lucrativos, denominada Associação Petrobras de Saúde (APS), mantendo a modalidade de autogestão, que está de acordo com as exigências da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

A mudança também traz mais segurança empresarial e transparência na administração, além de proporcionar eficiência de custos e segregação de riscos da AMS.

Com a transferência para o novo modelo de gestão, não haverá alteração do benefício, cobertura ou abrangência, bem como efeitos contábeis.

17.3. Valores nas demonstrações financeiras relacionadas a planos de benefícios definidos

(a) Movimentação do Valor Presente das Obrigações (VPO)

	2021		2020	
	Plano de Petros2	Planos de Saúde	Plano de Petros2	Planos de Saúde
Obrigação atuarial no início do exercício	9.304	9.361	11.817	14.621
Custo do serviço corrente	907	2.423	1.302	3.256
Custo dos juros	691	674	861	1.052
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais - experiência	(329)	(3.665)	(9.554)	(4.272)
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais - hipóteses demográficas	(106)	953	(152)	236
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais - hipóteses financeiras	(5.719)	(2.819)	5.030	(3.502)
Benefícios pagos pelo plano	(38)	-	-	-
Benefícios pagos diretamente pela empresa	-	(44)	-	-
Custo de serviço passado – alterações do plano	-	1.512	-	(2.030)
Valor Presente das Obrigações no final do exercício	**4.712**	**8.396**	**9.304**	**9.361**

(b) Movimentação do Valor Justo dos Ativos do plano

	2021		2020	
	Plano de Petros2	Planos de Saúde	Plano de Petros2	Planos de Saúde
Ativos do plano no início do exercício	(139)	-	(115)	-
Receita de juros	(9)	-	(7)	-
Rendimento sobre os Ativos (Maior)/Menor que a Taxa de Desconto	(643)	-	(17)	-
Benefícios pagos pelo plano	38	-	-	-
Valor Justo dos Ativos no final do exercício	**(754)**	**-**	**(139)**	**-**

(c) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

	2021		2020	
	Plano de Petros2	Planos de Saúde	Plano de Petros2	Planos de Saúde
Não circulante				
Valor presente das obrigações	4.712	8.396	9.304	9.361
Valor Justo dos Ativos do Plano	(754)	-	(139)	-
Passivo líquido no final do exercício	**3.958**	**8.396**	**9.165**	**9.361**
(d) Movimentação do passivo atuarial líquido				
Saldo em 1º de janeiro	9.165	9.361	11.702	14.621
(+) Efeitos remens. reconhecidos em outros resultados abrangentes	(6.796)	(5.531)	(4.693)	(7.538)
(+) Custos incorridos no exercício	1.589	3.098	2.156	4.308
(+) Benefícios pagos diretamente pela empresa	-	(44)	-	-
(+) Custo de serviço passado – alterações do plano	-	1.512	-	(2.030)
Passivo líquido no final do exercício	**3.958**	**8.396**	**9.165**	**9.361**

(e) Premissas atuarias adotadas no cálculo

	2021		2020	
	Plano de Petros2	Planos de Saúde	Plano de Petros2	Planos de Saúde
Taxa nominal de desconto (% a.a.)	10,73	10,68	7,44	7,20
Taxa nominal de retorno esperado dos ativos (% a.a.)	10,73	-	7,44	-
Taxa nominal de crescimento salarial (% a.a.)	7,20	-	6,20	-
Taxa nominal de reajuste de benefícios do plano (% a.a.)	4,97	-	3,32	-
Inflação (% a.a.)	4,97	4,97	3,32	3,32
Taxa nominal de crescimento dos custos médicos (% a.a.)	-	5,24 a 3,25	-	6,17 a 3,90

Prática contábil

As obrigações, com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria e os de assistência médica, são provisionadas com base em cálculo atuarial, elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável. O método da unidade de crédito projetada considera, cada período de serviço, como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final, e considera determinadas premissas atuariais, que incluem: estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos empregados.

O custo do serviço é reconhecido no resultado e compreende: i) custo do serviço corrente, que é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido, resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente; ii) custo do serviço passado, que é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido, por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração (introdução, mudanças ou o cancelamento de um plano de benefício definido) ou de redução (uma redução significativa, pela entidade, no número de empregados cobertos por um plano); e iii) qualquer ganho ou perda na liquidação (*settlement*).

Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido de passivo de benefício definido, resultante da passagem do tempo. Tais juros são reconhecidos no resultado.

Remensurações do valor líquido de passivo de benefício definido são reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, e compreendem: i) ganhos e perdas atuariais e ii) retorno sobre os ativos do plano, excluindo valores considerados nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido.

18. Patrimônio Líquido

18.1. Capital social realizado

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social, subscrito e integralizado, no valor de R$ 3.746.670, está representado por 374.666.989 ações ordinárias sem valor nominal, todas escriturais com direito a voto e pertencentes ao acionista controlador - Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras).

Prática contábil

O capital social está representado por ações ordinárias. Os gastos incrementais, diretamente atribuíveis à emissão de ações, são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

18.2. Resultado por ação

	2021	2020
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas	(241.822)	154.538
Quantidade de ações	374.666.989	374.666.989
Lucro (prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações (em R$)	(645,43)	412,47

18.3. Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece perdas e/ou ganhos, anualmente, pela remensuração dos seus planos de pensão e assistência médica.

Em 2021, a Companhia reconheceu ganho de R$ 12.407, com remensuração dos seus planos de pensão e assistência médica, conforme mencionado na nota explicativa 17.

Prática contábil

São classificados como outros resultados abrangentes, os ajustes decorrentes de: i) ativos financeiros, classificados como subsequentemente mensurados ao valor justo, por meio de outros resultados abrangentes e, ii) remensurações em planos de benefício definido.

19. Receita de vendas de produtos

	2021	2020
Receita bruta de vendas	1.527.379	1.453.604
Encargos de vendas	(168.879)	(170.704)
Receita de vendas	1.358.500	1.282.900
Biodiesel	1.275.180	1.225.773
Glicerina Bruta	48.594	20.863
Coco seco	4.792	5.074
Grão de Mamona	17.282	12.238
Ácido Graxo	8.593	8.458
Outros	4.059	10.494
Receita de vendas	1.358.500	1.282.900

Prática contábil

A Companhia avalia os contratos com clientes, que serão objeto de reconhecimento de receitas, e identifica os bens e serviços distintos, prometidos em cada um deles.

São consideradas obrigações de performance, as promessas de transferir ao cliente bem ou serviço (ou grupo de bens ou serviços) que seja distinto, ou uma série de bens ou serviços distintos, que sejam substancialmente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferência para o cliente.

A Companhia mensura a receita pelo valor da contraprestação à qual espera ter direito em troca das transferências dos bens ou serviços prometidos ao cliente, excluindo quantias cobradas em nome de terceiros. Os preços das transações têm como base preços declarados em contratos, os quais refletem metodologias e políticas de preços da Companhia, baseadas em parâmetros de mercados.

Ao transferir um bem, ou seja, quando o cliente obtém o controle desse, a Companhia satisfaz a obrigação de performance e reconhece a respectiva receita, o que geralmente ocorre em momentos específicos, no tempo, no ato da entrega do produto.

20. Custos e despesas por natureza

20.1. Custos dos produtos vendidos

	2021	2020
Matérias-primas / produtos adquiridos	(1.302.482)	(1.191.015)
Serviços contratados, fretes, aluguéis, encargos gerais e outros (i)	(104.527)	19.463
Depreciação e amortização	(24.907)	(24.296)
Gastos com pessoal	(21.301)	(23.468)
Total	(1.453.217)	(1.219.316)

(i) inclui variação de estoques, que ,em 2021, apresentou uma variação negativa (R$ 44.297) contra uma variação positiva (R$ 94.315), em 2020.

20.2. Despesas de vendas

	2021	2020
Gastos com pessoal	(8.903)	(5.227)
Reversão (perdas) de créditos esperadas	2.006	(43)
Serviços contratados, fretes, aluguéis, encargos gerais e outros	(3.516)	(1.486)
Total	(10.413)	(6.756)

20.3. Despesas gerais e administrativas

	2021	2020
Serviços contratados, fretes, aluguéis, encargos gerais e outros	(10.974)	(14.221)
Gastos com pessoal	(34.007)	(38.854)
Depreciação e amortização	(990)	(1.067)
Total	(45.969)	(54.142)

21. Outras receitas (despesas), líquidas

	2021	2020
Resultado com derivativos de *commodities* (nota explicativa 24.2)	(9.836)	-
Multas com fornecedores	9.410	10.923
Créditos de descarbonização - CBIOS	7.881	6.776
Incentivos fiscais (i)	9.113	7.642
Resultado na comercialização de CBIOs	4.507	479
Gastos com ociosidade (ii)	(28.225)	(4.080)
Despesas Assistência técnica	(2.475)	(1.673)
(Provisão)/reversão para processos judiciais e administrativos	3.674	(205)
Programa de remuneração variável	408	(8.841)
Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário (iii)	1.735	(4.651)
Indenização por perdas - Desinvestimento BBB	(1.149)	(8.638)
Provisão de perdas com processos judiciais de desinvestimentos (nota explicativa 8.2)	(8.701)	-
Reversão (perdas) de créditos esperadas	216	(1.442)
Outras	2.462	4.107
Total	(10.980)	397

(i) Receita de subvenção governamental de investimento sobre o ICMS, nos estados da Bahia e Minas Gerais;

(ii) A variação entre os períodos se deu em função das Usinas reduzirem a produção em função de menores vendas previstas nos leilões, principalmente na Usina de Candeias. Nesse cenário, parte dos custos fixos da produção foram tratados como ociosidade;

(iii) Reversão parcial de PIDV 2019, por conta de empregados desistentes, ao longo do ano de 2021;

21.1. Provisão para perdas de créditos fiscais

Em 2021, a análise de recuperabilidade dos impostos resultou no registro de provisão para perdas de R$ 24.852 (ICMS) e R$ 92.837 (PIS/COFINS), conforme nota explicativa 16.1.

22. Processos judiciais e contingências

22.1. Processos judiciais provisionados

A companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada. As principais ações se referem à:

- Processos trabalhistas, destacando-se: ações movidas pelo SINDIPETRO/MG, sobre regime de trabalho dos empregados e reflexo das horas extras nos repousos semanais remunerados (RSR);
- Processos fiscais, destacando-se: ICMS - Diferença do DIFAL de máquinas e equipamentos movida pelo estado da Bahia e ICMS - regime de apuração mensal x nota a nota movida pelo estado do Ceará; e
- Processos cíveis, destacando-se: auto de infração rodoviário movido pela Polícia Rodoviária Federal.

Os valores provisionados são os seguintes:

	2021	2020
Passivo não circulante		
Processos Trabalhistas	1.194	4.649
Processos Fiscais	143	214
Processos Ambientais	-	145
Processos Cíveis	19	22
Total	1.356	5.030
Saldo inicial	5.030	5.174
Adição, líquida de reversão	(3.871)	(144)
Atualização de juros	197	-
Saldo final	1.356	5.030

Na preparação das demonstrações financeiras do exercício de 2021, a Companhia considerou todas as informações disponíveis relativas aos processos, em que é parte envolvida, para realizar as estimativas dos valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos.

22.2. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	2021	2020
Ativo não circulante		
Trabalhistas	3.300	2.207
	3.300	2.207

22.3. Processos judiciais não provisionados

Os processos judiciais, que constituem obrigações presentes, cuja saída de recursos não é provável ou para a qual não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Os passivos contingentes, acrescidos de juros e atualização monetária, estimados para os processos judiciais, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, cuja probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

	2021	2020
Natureza		
Trabalhistas	5.101	8.323
Fiscais	4.946	5.373
Cíveis (i)	557	750.727
Total	**10.604**	**764.423**

(i) A redução se deu pela transferência, do polo passivo do processo arbitral com a Bambuí, para a Petrobras, conforme detalhado no 1º processo da tabela, com a descrição dos processos de natureza cível, logo a seguir.

Os quadros a seguir detalham as principais causas de natureza fiscal, trabalhista e cível, cujas expectativas de perdas estão classificadas como possível.

	Estimativa	
Descrição dos processos de natureza trabalhista	**2021**	**2020**
Autor: Sindipetro MG		
1) Reclamação trabalhista sobre cálculo de remuneração - Complemento de Remuneração Mínima Por Nível e Regime (RMNR).		
Situação atual: Em 28 de julho de 2021, o Ministro Relator do STF proferiu decisão favorável à PBio, em recursos interpostos contra decisão do TST, sobre a revisão da metodologia de apuração do complemento de RMNR. A decisão monocrática do Ministro Relator reconhece a validade do acordo coletivo de trabalho, revertendo a decisão do TST. Considerando que a decisão ainda pode ser objeto de recurso, os assessores jurídicos da Companhia mantiveram inalterada a expectativa de perda dos processos judiciais.	4.147	7.420
Autor: Leandro Santos de Lima		
2) Reclamação trabalhista referente a terceirização.		
Situação atual: Processo em fase recursal, aguardando despacho de assimilabilidade positiva ou negativa.	127	118
3) Processos diversos de natureza trabalhista	827	785
Total de processos de natureza trabalhista	5.101	8.323

	Estimativa	
Descrição dos processos de natureza fiscal	**2021**	**2020**
Autor: União Federal		
1) Auto de Infração, por suposta majoração indevida de custos e que determinou o ajuste na base decálculo da CSLL e do IR do ano calendário de 2009.		
Situação atual: Aguarda-se o julgamento do Recurso voluntário protocolado ao CARF (2ª Instância administrativa).	3.573	3.573
Autor: Estado da Bahia		
2) Auto de Infração, por suposto recolhimento a menor de ICMS, decorrente de glosa de créditosapurados pelo CIAP e apropriados, em decorrência de bens do ativo imobilizado.		
Situação atual: Decisão de 1ª instância administrativa desfavorável. Recurso Voluntário protocolado em 21.04.2021.	1.099	1.079
4) Processos diversos de natureza fiscal	274	721
Total de processos de natureza fiscal	4.946	5.373

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 em 01/04/2022 18:34

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2022/04/01/BIOCOMBUSTIVEL1561409001042022.pdf

Hash:1648762442cc48db537c7b40268bcacca9f24b1d9f

PETROBRAS

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 - Empresa do Sistema Petrobras

Descrição dos processos de natureza cível	Estimativa 2021	2020
Autor: Bambui Bioenergia S.A. ("Bambuí")		
1) Processo de arbitragem movido pela Turdus Participações S.A. e Bambuí, relativo ao suposto inadimplemento da PBio perante à antiga investida Bambuí de obrigações previstas no Contrato de Constituição de Capital (CCC) celebrado entre as Partes em 2011.		
Situação atual: Em 05/04/2021, ocorreu a assinatura do novo termo de arbitragem formalizando o ingresso da Petrobras em substituição da PBio, concluindo, assim, a transferência do polo passivo do processo arbitral para a Petrobras.	-	750.257
Autor: Sampacooper Cooperativa de Transportes		
2) Ação de cobrança em que parte autora sustenta que a PBio teria retido indevidamente um valor, referente aos serviços de transportes prestados e não pagos, entre dezembro de 2013 e maio de 2014.		
Situação atual: Processo encontra-se em fase instrutória - há pendência de audiência para oitiva de testemunhas. Porém, devido a pandemia, a audiência foi postergada.	387	323
Autor: Antonio Fernando Cordeiro de Araujo		
3) O Autor propôs ação monitória, alegando que é credor de um valor contra a PBio, uma vez que teria prestado serviços na cooperativa SAMPACOOPER.		
Situação atual: Sentença de parcial procedência para o autor. Nesse trimestre, houve intimação para manifestar sobre as preliminares arguidas pelo Recorrido (Antonio) em suas contrarrazões.	108	91
4) Processos diversos de natureza cível	62	56
Total de processos de natureza cível	557	750.727

Prática contábil

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente, como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos, que incorporam benefícios econômicos, será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Passivos contingentes não são reconhecidos, mas são objeto de divulgação em notas explicativas, quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

23. Resultado financeiro líquido

	2021	2020
Receitas Financeiras	**42.528**	**133.796**
Receita prestação de fiança – Repetro (nota explicativa 14.1)	11.704	110.576
Receita com recebíveis de ativos financeiros	30.745	23.071
Receitas financeiras - contas a receber vendas	55	19
Juros recebidos de clientes	24	130
Despesas Financeiras	**(266)**	**(378)**
Despesas financeiras - terceiros	(233)	(303)
Despesas financeiras - direito de uso bens terceiros	(33)	(75)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	**2.342**	**1.155**
Variação cambial de operações com derivativos	(262)	-
Atualização monetária sobre impostos a recuperar	2.036	1.285
Outras variações monetárias e cambiais, líquidas	568	(130)
Total	**44.604**	**134.573**

24. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

24.1. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada, por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas, diante das condições vigentes no mercado.

Todas as operações, com instrumentos financeiros, estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia e estão demonstradas abaixo, em 31 de dezembro:

	2021	2020
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1	12
Contas a receber - FIDC	696.468	484.233
Contas a receber, líquidas	185.525	154.560
Operações com derivativos	18.400	-
	900.394	638.805
Não circulante		
Depósitos judiciais	3.300	2.207
Total	903.694	641.012
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	196.872	106.768
Outras contas e despesas a pagar	2.955	4.568
Arrendamento mercantil	-	337
Operações com derivativos	1.670	-
	201.497	111.673
Não circulante		
Outras contas e despesas a pagar	617	1.092
Processos judiciais de desinvestimentos	8.701	-
	9.318	1.092
Total	210.815	112.765

24.1.1. Mensuração dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia estão mensurados ao custo amortizado, com exceção das operações com derivativos e o contas a receber – FIDC. Os valores justos, desses instrumentos financeiros, são equivalentes aos seus valores contábeis.

O contas a receber – FIDC –, conforme divulgação em nota explicativa 6, está mensurado pelo seu valor justo, por meio do resultado.

24.2. Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía instrumento financeiro derivativo, visando diminuir sua exposição ao risco cambial e variação de cotação de *commodities* agrícolas associadas às suas atividades. Os resultados estão condizentes com as políticas estratégicas, definidas pela Administração da Companhia.

Os instrumentos financeiros derivativos de *commodities* são mensurados a valor justo, por meio do resultado em linha de outras receitas operacionais.

As tabelas a seguir apresentam um resumo das posições mantidas pela Companhia, em 31 de dezembro de 2021, reconhecidas como operações com derivativos e garantias dadas como colaterais, além dos valores reconhecidos no resultado, por natureza das operações:

	Valor nacional		Valor Justo Posição Ativa (Passiva)		Vencimento
	2021	2020	2021	2020	
Derivativos não designados como *Hedge*					
SWAP - CBOT	(11)	-	(1.670)	-	
Venda/Óleo de soja	(11)	-	(1.670)	-	2022
NDF - MOEDA (i)	15.158	-	1.243	-	
Venda/Dólar	15.158	-	1.243		2022
Total reconhecido no Balanço Patrimonial			(428)		

(*) Valor nacional em mil toneladas/USD

	Garantias dadas como colaterais 2021	2020
Derivativos de commodities (i)	17.157	-
Total	17.157	-

(i) Essas posições (NDF-Moeda - R$1.243 e garantias - R$ 17.517) representam o saldo de R$ 18.400, com operações de derivativos ativos do balanço patrimonial da Companhia.

	Perda reconhecida no resultado do exercício 2021	2020
Derivativos de commodities		
Óleo de soja	(927)	-
NDF	(8.909)	-
Reconhecida em outras despesas operacionais	**(9.836)**	**-**
Total	(9.836)	-

A análise de sensibilidade do valor dos instrumentos financeiros derivativos, com relação aos diferentes tipos de risco de mercado, em 31 de dezembro de 2021, é apresentada a seguir:

Operações	Risco	Cenário Provável	Cenário Possível (de 25%)	Cenário Remoto (de 50%)
Derivativos não designados como Hedge				
SWAP CBOT	óleo de Soja	(1.670)	(47.306)	(94.612)
NDF Dólar	Câmbio	1.243	(44.555)	(89.104)
Total		(427)	(91.861)	(183.716)

24.2.1. Hierarquia de nível de valor justo dos derivativos

Para aumentar a consistência e a comparabilidade nas mensurações do valor justo e nas divulgações correspondentes, o pronunciamento técnico CPC 46 estabelece uma hierarquia de valor justo, que classifica, em três níveis, as informações aplicadas nas técnicas de avaliação, utilizadas na mensuração do valor justo. A hierarquia de valor justo dá a mais alta prioridade a preços cotados (não ajustados), em mercados ativos, para ativos ou passivos idênticos (informações de Nível I) e a mais baixa prioridade a dados não observáveis (informações de Nível III).

Informações de Nível I são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para operações ativas ou passivas, idênticas a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Informações de Nível II são informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível I.

Informações de Nível III são dados não observáveis para o ativo ou passivo.

Dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo, na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo, assim, situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração.

	Nível I	Nível II	Nível III	Valor justo medido com base no total do valor justo contabilizado
Ativos				
Derivativos de moeda estrangeira	-	1.243	-	1.243
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	1.243	-	1.243
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-	-	-
Passivos				
Derivativos de commodities	-	(1.670)	-	(1.670)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	(1.670)	-	(1.670)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-	-	-

24.3. Gerenciamento dos riscos

A gestão de riscos da Companhia é realizada por seus diretores, com base na política corporativa para gerenciamento de riscos da Petrobras. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre os seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

24.3.1. Risco de preços de soja

De modo a minimizar a exposição da Companhia ao ciclo de preços de matéria-prima, optou-se pela realização sistemática de proteção parcial das operações de compra ou venda de mercadorias, com utilização de instrumentos financeiros derivativos, alinhada à Política de Gestão de Risco das Operações de Derivativos da Petrobras Biocombustível.

1º ciclo (operações entre abril e junho de 2021)

Em março de 2021, com o objetivo de proteger o fluxo de caixa das variações de preço de óleo de soja e cambio, a PBio aprovou o primeiro ciclo de derivativo, para as operações sistêmicas dessa matéria-prima, e também de dólar. Como resultado dessa estratégia, operações de SWAP e NDF foram realizadas, entre abril e junho de 2021, com efeitos no resultado, entre abril e junho deste ano.

Para o Leilão 79, a PBio utilizou da estratégia de físico vendido e iniciou sua prática de *hedge* em matéria-prima (CBOT) e câmbio (Dólar), em físico vendido, com a realização de duas operações, antes do Leilão, para atender ao percentual correspondente a 25% da necessidade de matéria-prima esperada para o leilão. Durante e após o leilão, foram realizadas operações adicionais, que completaram as 14.483 toneladas, ou 45,7% do total vendido no L79. As posições foram desfeitas gradativamente nas semanas posteriores, conforme a Companhia realizava a compra da matéria-prima no mercado físico. A última posição de derivativo foi desmontada, no dia 04 de maio de 2021.

2º ciclo (operações entre setembro e dezembro de 2021)

Em julho de 2021, com o objetivo de proteger o fluxo de caixa das variações de preço de óleo de soja e câmbio, a PBio aprovou o segundo ciclo de *Hedge*, para as operações sistêmicas dessa matéria-prima, e, também de dólar. Como resultado dessa estratégia, estruturas com opções (operações de *collar* e *triway*, com custo zero) foram realizadas, entre julho e novembro de 2021, com efeitos no resultado, entre setembro e dezembro deste ano.

Seguindo o 2º Ciclo de Operações de Derivativos, a PBio operou duas estratégias:

(1) Físico comprado previamente à ocorrência dos leilões de biodiesel, que consiste na operação com estruturas para proteção contra a baixa de preços de matérias-primas já compradas. Em 30/09, a Companhia tinha 12.500 toneladas (463,5 contratos) de matéria-prima, em estrutura de opções em aberto, e havia encerrado posição de 13.800 toneladas (512,5 contratos).

(2) Físico vendido, operando com estruturas de opções para proteção contra o aumento de preço de matérias- primas a serem compradas.

Em 30/09/2021, relativo ao leilão 81, a Companhia tinha 5.241 toneladas (194,12 contratos) de matéria-prima, em estrutura de opções em aberto, e havia encerrado posição de 5.950 toneladas (204,13 contratos), assim como posições equivalentes em câmbio.

Em 11/10/2021, após a realização do leilão 82, conforme previsto na estratégia do 2º ciclo, foi realizada a proteção equivalente a 50% da matéria-prima não coberta, ou seja, o volume a ser adquirido para entrega do biodiesel vendido. Assim, imediatamente após a realização do mesmo, foram abertas posições compradas no total de 806 contratos, equivalente a 21.778 toneladas de matéria-prima. As posições foram fechadas, na medida em que as aquisições foram realizadas, e foram completamente encerradas em 29/11/2021.

3º ciclo (operações de derivativos realizadas em dezembro de 2021 referentes a janeiro e abril de 2022)

Ainda em dezembro de 2021, foram iniciadas as operações de derivativos, referentes aos meses de janeiro e fevereiro de 2022. Em 31/12/2021, as posições em aberto somavam 665,6 contratos, equivalentes a 17.985 toneladas de matéria-prima.

Foram realizadas operações de SWAP e NDF, visando a proteção das matérias primas adquiridas. Estratégia de físico comprado.

Em 31 de dezembro de 2021, como resultado da estratégia com operações de derivativos, a Companhia apurou uma perda de R$ 9.836, conforme nota explicativa 24.2.

24.3..2. Risco de crédito

A política de gestão de risco de crédito visa minimizar a possibilidade de não recebimento de vendas efetuadas e de valores aplicados, depositados ou garantidos por instituições financeiras e de contrapartes, mediante a análise, concessão e gerenciamento dos créditos, utilizando parâmetros quantitativos e qualitativos.

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras, decorrentes da administração de seu caixa, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. A Administração avalia que os riscos de crédito, associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa, são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

Quanto aos recebíveis, seu principal cliente é a controladora Petrobras, tanto em relação às vendas efetuadas, quanto aos valores aplicados, reduzindo em muito o risco de crédito.

24.3.3. Risco de liquidez

A Companhia utiliza seus recursos, principalmente, com despesas de capital de giro. Historicamente, as condições são atendidas com recursos gerados internamente, por dívidas de curto prazo, transações de vendas e aportes da controladora, quando necessário. Estas origens de recursos, somadas à posição financeira da Companhia, tendem a continuar permitindo o cumprimento dos requisitos de capital estabelecidos de forma corporativa. Todos os passivos financeiros da Companhia possuem vencimento menor que um ano, com exceção de R$ 1.247 de outras contas a pagar, com expectativa de realização de até 3 anos.

24.3.4. Riscos de Mercados

a) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas, decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia segue as orientações corporativas para as empresas do Sistema Petrobras. A PBio não está exposta.

b) Risco de taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações de taxas de câmbio das moedas estrangeiras, utilizadas pela Companhia para a aquisição de equipamentos ou serviços e a contratação de instrumentos financeiros. Atualmente, a Companhia não tem fluxos operacionais em outras moedas, exceto pelas operações de derivativos de moedas, divulgadas na nota explicativa 24.2.

24.4. Seguros

A responsabilidade pela contratação e manutenção do seguro é da Petrobras. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As usinas de biodiesel possuem cobertura de seguro com a empresa Fairfax Brasil Seguros Corporativos S/A, com vigência até 31 de novembro de 2022, com riscos cobertos no valor de USD 162.452 mil e valor de franquia de USD 2.000 mil.

DIRETORIA EXECUTIVA

RODRIGO HERVÉ QUARANTA CABRAL
Presidente

EDMUNDO JOSÉ CORREIA AIRES
Diretor de Biodiesel

ALEXANDRE QUINTÃO FERNANDES
Diretor Administrativo e Financeiro

ROBSON HONORATO
Contador CRC-RJ-086.473/O-7

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Petrobras Biocombustível S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Petrobras Biocombustível S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petrobras Biocombustível S.A., em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Transação com partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato de que parte substancial das operações, relacionadas à receita de vendas e contas à receber da Companhia, é realizada com sua controladora Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), conforme descrito nas notas explicativas nº14 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras, acima referidas, devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida à procedimentos de auditoria, executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada às demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 em 01/04/2022 18:34

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2022/04/01/BIOCOMBUSTIVEL1561409001042022.pdf

Hash:1648762442cc48db537c7b40268bcacca9f24b1d9f

PETROBRAS

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 - Empresa do Sistema Petrobras

Nossa opinião, sobre as demonstrações financeiras, não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos, que ela determinou como necessários, para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

— Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

— Obtemos entendimento dos controles internos, relevantes para a auditoria, para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

— Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

— Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições, que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

— Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos, de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 03 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Bruno Bressan Marcondes
Contador CRC RJ-112835/O-7

KPMG

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL S.A.

O Conselho Fiscal da PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, reunidos nesta data, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, à vista do parecer da KPMG Auditores Independentes Ltda, emitido sem ressalvas, com data de 03 de março de 2022. Tomou conhecimento ainda da destinação do prejuízo líquido do exercício de 2021, no montante de R$ 241.822 mil, para a conta de Prejuízos Acumulados.

O Conselho Fiscal, por unanimidade, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, financeira e de gestão da Companhia.

Adicionalmente, manifesta-se favorável à submissão da proposta de Destinação do Prejuízo líquido do exercício de 2021, no montante de R$ 241.882 mil, para a conta de Prejuízos Acumulados, à Assembleia Geral dos Acionistas.

Rio de Janeiro, 03 de março de 2022.

Solange Arantes Dornela
Presidente

Paula Bicudo de Castro Magalhães
Conselheira

Milton Piraino Junior
Conselheiro

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 em 01/04/2022 18:34

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2022/04/01/BIOCOMBUSTIVEL1561409001042022.pdf

Hash:1648762442cc48db537c7b40268bcacca9f24b1d9f